

## Passado, presente e futuro: os 30 anos do Mercosul

*Cairo Junqueira<sup>1</sup>*

Recibido: 26/01/2021

Aceptado: 30/03/2021

### RESUMO

O artigo retrata processos e acontecimentos importantes que perpassam os trinta anos do Mercosul, inserindo-os em um viés interpretativo que reflete movimentos inerentes ao regionalismo sul-americano desde os anos 1990 até o limiar da década de 2020. Com uma trajetória de altos e baixos, conclui-se a análise com possíveis cenários futuros de compreensão da integração entre os países do bloco.

Palavras-chave: Mercosul; Regionalismo; Integração Regional; América Latina; América do Sul; Brasil.

## Pasado, presente y futuro: 30 años de Mercosur

### RESUMEN

El artículo retrata importantes procesos y acontecimientos que impregnaron los treinta años del Mercosur, insertándose en un sesgo interpretativo que refleja movimientos inherentes al regionalismo sudamericano desde los años 1990 hasta el umbral de la década de 2020. Con una trayectoria de altibajos, el análisis concluye con posibles escenarios futuros de comprensión de la integración entre los países del bloque.

**Palabras clave:** Mercosur; Regionalismo; Integración Regional; Latinoamérica; Sudamérica; Brasil.

---

<sup>1</sup> Doctor en Relaciones Internacionales en el Programa de Posgrado San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP, PUC-SP). Profesor de Relaciones Internacionales en la Universidad Federal de Sergipe, Brasil. Investigador de la Red de Investigación en Política Exterior y Regionalismo (REPRI) y del Observatorio de Regionalismo (ODR). E-mail: cairogbj@academico.ufs.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3753-9769>.

## Past, present and future: thirty years of Mercosur

### ABSTRACT

The article portrays important processes and events that permeate the thirty years of Mercosur, inserting them into an interpretative bias that reflects inherent movements of South American regionalism from the 1990s to the threshold of the 2020s. With a trajectory of ups and downs, the analysis is concluded with possible future scenarios to understand the integration between the countries of the bloc.

**Keywords:** Mercosur; Regionalism; Regional Integration; Latin America; South America; Brazil.

### Introdução

O dia 26 de março de 2021 marca os trinta anos da assinatura do Tratado de Assunção que formalmente estabeleceu a criação do Mercado Comum do Sul (Mercosul). Em termos históricos, três décadas representam um tempo parco e escasso, mas quando debatemos estritamente a respeito do regionalismo sul-americano, podemos afirmar que nesse período houve e ainda há variados processos em torno do se pensar a região. Para refletir a respeito do que é a América do Sul e quais são as relações existentes entre seus países é impossível se desvencilhar do Mercosul.

A par de suas limitações, o bloco corou um processo regional robusto, materializando anseios integracionistas provenientes de tempos passados. Mas, afinal, quando isso começou? Sustenta-se que as primeiras tentativas direcionadas à criação de instituições políticas amplas na América Latina remontam à primeira metade do século XIX<sup>2</sup>, justamente no momento em que grande parcela dos paí-

---

<sup>2</sup> Vigevani, Tullo. «História da integração latino-americana: Mercosul e questões subnacionais», en: Vigevani, Tullo e Luiz Eduardo Wanderley (orgs.). *Governos subnacionais e sociedade civil: integração regional e Mercosul*, San Pablo, EDUC, Ed. UNESP, FAPESP, 2005.

ses da região angariou seus processos de independência e consequente formação dos Estados nacionais.

Na região o ideal de independência tomou forma antes mesmo do sentimento de unidade nacionalista.<sup>3</sup> Na América Hispânica, por exemplo, o antagonismo às partes europeias somado à difusão de ideias iluministas e aos interesses da elite *criolla* forjaram um rompimento da ótica colonial com pouca espessura social.<sup>4</sup> Dilemas envolvendo ora maior patriotismo, pensado em termos de valores humanos e coletivos, e ora maior nacionalismo, ligado diretamente à configuração política estatal, guiaram os países latino-americanos recém formados. Ideias em torno da criação de instituições maiores e regionais relacionados a um «nacionalismo continental» foram observados no Congresso do Panamá ainda em 1826.

Entre 1890 e até meados do século XX a integração regional manteve-se em silêncio na América Latina e por conseguinte na América do Sul, em grande parte devido aos ideais pan-americanistas guiados pelos interesses dos Estados Unidos em aumentarem suas influências ao longo do continente<sup>5</sup>. Iniciativas como o Corolário Roosevelt de 1904 e a Política de Boa Vizinhança da década de 1930 são retratos desse processo de ambição estadunidense que retrataram, em grande medida, anseios já postos anteriormente por meio da Doutrina Monroe de 1823.

Somente na década de 1940 começaram a ocorrer inflexões nesse sentido. A criação da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) em 1948 reconheceu como imperativo a urgência de se estimular o comércio inter regional e esboçar um regime regional tarifário comum. Em 1960 tomou forma a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), vinte anos depois substituída pela Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), abrangendo quase a totalidade dos países da América do Sul e o México.

A ALADI foi e ainda é uma instituição de extrema importância para o sistema do Mercosul principalmente em torno do estabelecimento dos critérios comerciais e tarifários. Seu percurso foi fundamental para marcar os meados da década de 1980, período em que o Brasil adotou uma estratégia política clara de aproximação

---

<sup>3</sup> Pamplona, Marco e Doyle, Don. «Introdução», en: Pamplona, Marco e Don Doyle. *Nacionalismo no novo mundo. A formação de Estados Nação no século XIX*, Rio de Janeiro, Ed Record, 2008.

<sup>4</sup> Anderson, Benedict. *Comunidades imaginadas*, San Pablo, Companhia das Letras, 2008.

<sup>5</sup> Spykman, Nicholas. *America's strategy in world politics. The United States and the balance of power*, Nueva York, Harcourt, Brace and Company, 1942.

com a Argentina em prol da cooperação bilateral<sup>6</sup>. Sendo mais precisos cronologicamente, podemos afirmar que o início do Mercosul tomou forma exatamente nesse período marcado por quatro marcos: Acordo Tripartite (1979), Ata de Iguazu (1985), Programa de Integração e Cooperação Econômica (1986) e Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento (1989). Assim, em 1991, a aproximação entre Brasil e Argentina uniu esforços com Paraguai e Uruguai para formar o Mercosul, inaugurando uma nova etapa do regionalismo sul-americano.

Realizadas estas breves considerações, o objetivo do artigo é analisar o passado, o presente e o futuro do Mercosul, identificando processos, acontecimentos, interesses, atores e marcos importantes que perpassam o regionalismo sul-americano e os trinta anos do bloco. Por passado entendemos basicamente o início de sua formação na década de 1990, caminhando até os anos 2000. Já por presente estipulamos a década de 2010 e, por futuro, finalizamos a investigação trazendo possíveis cenários à integração regional que se inicia nos anos 2020. Embora com foco no nível regional, presume-se que uma abordagem multinível—trazendofatores internacionais, nacionais, bilaterais ou até mesmo domésticos— pode trazer mais luz no entendimento do nosso objeto de estudo.

Assim, o intuito não é esgotar a temática, o que se torna praticamente impossível na tarefa de resumir trinta anos de integração mercosulina em apenas algumas páginas de um artigo. Diversamente, procuramos mostrar os ganhos e as limitações do Mercosul entre 1991 e 2021, bem como apontar concebíveis cenários do bloco no curto prazo justamente em um momento em que se torna obrigatório (re)pensar a integração latino-americana e, conseqüentemente, a sul-americana.

Embora se possa considerar a integração regional enquanto conceito caracterizado como um processo de estabelecimento de regras, políticas e regulamentos para dada região<sup>7</sup>, o que torna difícil delimitar cronologicamente determinados fatores.

Além da introdução e das considerações finais, o presente artigo divide-se em três seções. A primeira abrange o passado, sobretudo as décadas de 1990 e 2000, procurando esmiuçar algumas características do limiar do Mercosul, bem como delinear mudanças signifi-

---

<sup>6</sup> Vaz, Alcides Costa. *Cooperação, integração e processo negociador. A construção do Mercosul*, Brasília, IBRI, 2002.

<sup>7</sup> Mattli, Walter. *The logic of regional integration: Europe and beyond*, Cambridge, Cambridge University Press, 1999.

cativas ocorridas em ambas décadas, principalmente sob a ótica das ondas de regionalismo. A segunda parte aborda o presente, considerando a década de 2010 em que foi revigorado o debate a respeito da crise multidimensional do bloco atrelado a uma mudança substancial de orientação na política externa de um dos seus principais membros, o Brasil. Por fim, a terceira seção retrata os debates em torno do Acordo Mercosul-União Europeia e da pandemia do novo coronavírus, além de elencar possíveis cenários futuros para o Mercosul utilizando um sistema de quatro quadrantes formados por um diagrama de dois eixos<sup>8</sup>. O cenário é aqui compreendido enquanto técnica para pensar o futuro de forma sistematizada. Mesmo que brevemente, será possível avaliar perspectivas ulteriores considerando aspectos dos trinta anos de integração.

## **1. Passado: as décadas de 1990 e 2000 no Mercosul**

Para iniciar, o contexto internacional dos anos 1990 é imprescindível para compreender a criação do Mercosul. A queda da União Soviética em 1991, o avanço das bases de uma globalização econômica marcada pela ideologia neoliberal em termos de desregulamentação de mercado e privatizações, bem como a relativa descentralização de processos decisórios antes pautados somente nos Estados nacionais dividiram espaço e deram margem para a geração de organizações internacionais e regionais, podendo-se ser destacadas, além do próprio Mercosul, a Organização Mundial do Comércio (OMC) e a União Europeia (UE), formal e respectivamente estabelecidas em 1995 e 1992.

Evidentemente, tais instituições acabaram por mudar determinadas regras dos jogos e instituir outras dimensões para debate e diálogo. Mas um dos aspectos mais interessantes do Mercosul está em se observar quais foram os atores centrais no seu processo de criação, sejam eles os próprios Estados, nas figuras dos governos à época, e o empresariado. As esferas pública e privada colocaram as cartas na mesa e estabeleceram normativamente seus interesses via Tratado de Assunção. Nele, definiu-se um programa estritamente de liberalização comercial do universo alfandegário até 1994, representando os anseios das grandes multinacionais. Neste último ano, o Protocolo de Ouro Preto deu formato à união aduaneira –que só se

---

<sup>8</sup> Buarque, Sérgio. «Metodologia e técnicas de construção de cenários globais e regionais», *IPEA*, Texto para discussão 939, Brasília, feb. 2003.

estabeleceria de fato em 2006—, proveu personalidade jurídica ao bloco e, mais importante, definiu a estrutura institucional mercosulina. O processo decisório intergovernamental iniciou-se aqui, o que acabaria por refletir toda ótica organizativa do Mercosul ao longo de seus trinta anos.

Entidades decisórias como o Conselho do Mercado Comum (CMC), o Grupo Mercado Comum (GMC) e a Comissão de Comércio do Mercosul (CCM) ficaram à cargo como órgãos superior, executivo e responsável pela política comercial comum, sendo todos comandados por chefes dos Poderes Executivos de cada país e caracterizadores de uma estrutura decisória hierárquica. O intuito inicial, e de certa forma até ideal, de se estabelecer um mercado comum logo não foi colocado em prática. Esta citação simboliza várias nuances do bloco e é válida para essa situação: «A década de 90 serviu para mostrar ao Mercosul que apenas as intenções não seriam suficientes para que empreendimento de tal magnitude tivesse sucesso assegurado, ainda mais em período tão curto [...]»<sup>9</sup>.

A aproximação entre Brasil e Argentina nas figuras dos presidentes Fernando Collor de Mello e Carlos Menem foi fundamental para a criação do Mercosul. Em contrapartida, durante os anos 1990 sua agenda permaneceu minimalista, basicamente sendo voltada ao aspecto econômico-comercial. Por isso podemos caracterizar esse período como marco do regionalismo aberto, conceito criado no âmbito da CEPAL e que simboliza parcerias com terceiros e convergência com a ordem internacional por meio de abertura de mercados e menor participação estatal na economia.<sup>10</sup>

Nesse ponto há um paradoxo. Ao mesmo tempo em que o grande mérito inicial do Mercosul foi aumentar os fluxos comerciais intra-regionais, principalmente considerando o Brasil, e fazer da Argentina o segundo parceiro comercial mais importante para os brasileiros<sup>11</sup>, críticos apontavam que a integração estava aquém do esperado e não representava de fato o vínculo pré-dimensionado logo no início da década. Além do comércio, foram criadas instâncias para lidar com

---

<sup>9</sup> Miyamoto, Shighenoli. «O Mercosul e a segurança regional: uma agenda comum?», *São Paulo em Perspectiva*, vol. 16, no. 1, San Pablo, jan./mar. 2002, pp. 54-62.

<sup>10</sup> Gomes Saraiva, Miriam. *Encontros e desencontros. O lugar da Argentina na política externa brasileira*, Belo Horizonte, Minas Gerais, Fino Trac'o, 2012. Junqueira, Cairo e Milani, Lívia. «Regionalismo governamentalsul-americano: deficiências institucionais e dependência internacional», *Mundo e Desenvolvimento*, vol. 2, no. 3, 2019, p. 72.

<sup>11</sup> CPDOC/FGV. «Verbete Mercosul», Fundação Getúlio Vargas, 2009, disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/mercosul> (accedido em 22 dez. 2020).

temáticas ligadas à mineração, indústria, energia, meio ambiente, transporte, saúde, dentre outros, mas a ótica do regionalismo aberto permaneceu, havendo uma expectativa inicial que se sobrepôs a alguns resultados práticos. Atréados ao regionalismo aberto configuraram a institucionalidade intergovernamental e a concepção predominantemente estadocêntrica com baixo aprofundamento institucional em si, dificultando o aprofundamento integracionista.<sup>12</sup>

A crise asiática de 1997 representou um fator de grande impacto para a América do Sul. Isso afluiu na desvalorização da moeda brasileira, o Real, em 1999, e na crise argentina de 2001, havendo intenso desgaste político e trocas sucessivas de presidentes entre dezembro de 1999 e maio de 2003. Considerando Brasil e Argentina como os dois maiores sócios do bloco, o início do século já apresentava variáveis domésticas e nacionais não muito propositivas, uma vez que, em virtude desse desgaste, por vezes os interesses brasileiros priorizaram parcerias bilaterais em detrimento das já fragilizadas instituições mercosulinas<sup>13</sup>. Esse debate sobre o papel do Brasil enquanto *paymaster*, ou seja, o ator com capacidade e vontade política em estimular a integração, inclusive permanece até os dias atuais, havendo sucessivas críticas a esse possível papel assumido pelo país.

Assim ocorreu uma relativa ruptura no Mercosul quando observamos os passados das décadas de 1990 e 2000. O início do século representou o relançamento da integração em virtude da renovação dos Poderes Executivos dos países membros.<sup>14</sup> Um dos maiores símbolos foi o Consenso de Buenos Aires em 2003, no qual os então presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Néstor Kirchner esboçaram normativas que se distanciavam diametralmente do Consenso de Washington proposto em 1989 e símbolo dos ideais neoliberais.

«A ampliação do processo de integração ao resto da região se desenvolveu de forma dinâmica e, em grande medida, graças ao impulso da Argentina e do Brasil»<sup>15</sup>. Se a aproximação entre Collor e Menem no limiar dos anos 1990 foi uma das variáveis de explicação

---

<sup>12</sup> Bernal-Meza, Raúl. «Políticas exteriores comparadas de Brasil e Argentina rumo ao Mercosul», *RBPI*, vol. 42, no. 2, 1999, pp. 40-51.

<sup>13</sup> Pecequillo, Cristina e Carmo, Corival Alves do. *O Brasil e a América do Sul*, Rio de Janeiro, Altabooks, 2015.

<sup>14</sup> Botto, Mercedes. «El Mercosur y su crisis: análisis de interpretaciones sobre el fracaso de la integración regional sudamericana», *Estado & Comunes*, no. 5, vol. 2, jul-dic 2017, pp. 155-176.

<sup>15</sup> Vázquez, Mariana e Briceño Ruiz, José. «O Mercosul na época de Lula e Kirchner: um balanço seis anos depois», *Nueva Sociedad (NUSO em português)*, dez. 2009, p. 37.

da criação do Mercosul, pode-se dizer que o diálogo bilateral entre Lula e Kirchner a partir de 2003 foi fator fundamental da mudança de agenda do bloco, ilustrando certo revisionismo da política externa brasileira<sup>16</sup> de maior avizinhamento com seus pares regionais.

Essa mobilidade acabou por inaugurar dois momentos que caracterizam a América do Sul e o próprio Mercosul nos anos 2000: a Onda Rosa<sup>17</sup> e o regionalismo pós-hegemônico ou pós-liberal. A primeira terminologia corresponde ao desígnio da ascensão de políticos de esquerda e centro-esquerda que chegaram ao poder na região justamente nesse período, também sendo responsáveis pelo engavetamento da proposta da Área de Livre-Comércio das Américas (ALCA) em 2005, a exemplo de figuras como os já citados Lula e Kirchner no Brasil e na Argentina, Pepe Mujica no Uruguai, Hugo Chávez na Venezuela, Evo Morales na Bolívia e Rafael Correa no Equador. Por sua vez, a tipologia pós-hegemônica do regionalismo compreende «[...] estruturas regionais caracterizadas por práticas híbridas como resultado de um deslocamento parcial de formas dominantes de governança neoliberal liderada pelos EUA no reconhecimento de outra organização política e econômica de bens regionais (comuns)»<sup>18</sup>. Por conseguinte, um dos traços marcantes dessa passagem entre séculos para o Mercosul foi a transformação de uma dinâmica comercial e residual para outra de caráter desenvolvimentista e mais autônoma.

Tal concepção menos dependentista e mais autônoma mencionada acima é considerada não somente por países membros do bloco, mas da América do Sul como um todo. Por parte do Brasil, observamos seu estímulo à Cooperação Sul-Sul e a inserção internacional através do Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS) em 2003 e do Grupo dos «Cinco Grandes» designando a parceria entre o próprio Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS) ainda em 2006. A Venezuela liderou o processo de criação da Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América - Tratado de Comércio dos Povos (ALBA-TCP) em 2004 e quatro anos mais tarde ocorreria a geração da União

---

<sup>16</sup> Gratius, Susanne & Gomes Saraiva, Miriam. «Continental regionalism: Brazil's poeminentrole in the Americas», *CEPS Working Document*, no. 374, feb. 2013, p. 2.

<sup>17</sup> Panizza, Francisco. «La marea rosa», *Análise de Conjuntura OPISA*, no.08, Rio de Janeiro, 2006.

<sup>18</sup> Riggiozzi, Pia & Tussie, Diana. *The rise of post-hegemonic regionalism. The case of Latin America*, United Nations University Series on Regionalism, Nueva York, Londres, Springer, 2012, p. 12.



de Nações Sul-Americanas (UNASUL), evidenciando um interesse brasileiro apoiado por sua vizinha Argentina.

Essa relativa transformação dos ideais nacionais também foi refletida dentro do Mercosul. Neste ponto é interessante observar que nos meandros da década de 2000 ocorreu uma mudança de agenda no bloco, caminhando para pautas não-econômicas<sup>19</sup>. Por exemplo, o Parlamento do Mercosul (Parlasul) foi formalmente constituído em dezembro de 2006, o Fundo para a Convergência Estrutural e Fortalecimento Institucional do Mercosul (FOCEM) entrou em operação em 2007, ano que também houve início dos trabalhos do Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do Mercosul (FCCR), além de que instâncias como o Instituto Social do Mercosul (ISM), o Instituto de Políticas Públicas e Direitos Humanos do Mercosul (IPPDH) e a Unidade de Participação Social (UPS) foram respectivamente gerados em 2007, 2009 e 2010.

Defato, ocorreu uma mudança em torno das temáticas e dos eixos considerados primordiais no seio da integração. Todavia, essa tendência foi acompanhada pelo aumento da retomada de um discurso fortemente soberano em que os países do Mercosul não conseguiram aprofundar a dinâmica integracionista em grande medida devido aos fortes nacionalismos ou corporativismos<sup>20</sup>. A lógica intergovernamental e estado cêntrica continuou perpassando o Mercosul da década de 2000, inexistindo nesse período qualquer tentativa de mudança em torno das pautas decisórias. Pode-se afirmar, atualmente, que inclusive houve uma certa euforia por parte de gestores e acadêmicos em torno da proposta do regionalismo pós-hegemônico, o que talvez explica parcialmente as grandes fragmentações ocorridas no Mercosul no tempo presente.

Na América Latina de modo geral e no Mercosul, especificamente, a integração corresponde ao fortalecimento do próprio Estado nacional e por vezes fica à mercê de interesses partidários e governamentais. Nesse ponto, embora tenham sido mencionadas as transformações ocorridas nos anos 1990 e 2000, alimentou-se ainda mais o debate em torno de uma possível modificação institucional do bloco, passando a ter características supranacionais, as quais são praticamente desconhecidas nos blocos latino e sul-americanos, com uma pequena exceção da Comunidade Andina. Nesse ponto o deba-

---

<sup>19</sup> Vaz, Alcides e Figueira, Marco Aurélio. «A agenda não econômica do Mercosul: aportes para a integração?», *Núcleo Estratégico do Mercosul, Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI)*, fevereiro 2006, pp. 4-24.

<sup>20</sup> Vázquez, M. e Briceño Ruiz, J., *op. cit.*

te é intenso, havendo concepções favoráveis à nova ótica institucional e outras totalmente contrárias. Ele ganhou ainda mais voz em razão das sucessivas crises estruturais e conjunturais do Mercosul, que se tornaram ainda mais evidentes no tempo presente.

## 2. Presente: a década de 2010 no Mercosul

Aos poucos os anos 2010 foram mostrando um outro lado da moeda para a integração mercosulina e o regionalismo sul-americano, sobretudo por serem apontados como sendo marcados por uma crise multidimensional. A questão da crise não é novidade deste período, sendo uma palavra sempre presente no histórico do bloco, podendo ser observada tanto no seu limiar fracassado na tentativa de estabelecer um mercado comum quanto nas rupturas econômicas e políticas ocorridas em países como Brasil e Argentina no final dos anos 1990 e começo dos anos 2000.

Em contrapartida, a grande novidade para caracterizar o tempo presente encontra-se na multidimensionalidade dessa denominada crise, uma vez que a mesma foi reflexo de uma pluralidade de dinâmicas. O primeiro aspecto a ser destacado aqui foi a desaceleração da economia mundial, também reflexo da crise econômica de 2008 cujo epicentro foram os Estados Unidos, reverberando anos mais tarde na crise do Euro em alguns países da Europa como Portugal, Espanha, Grécia, Irlanda e Itália. Pode-se dizer que o contexto econômico internacional do início da década de 2010 portou-se diametralmente oposto aos países sul-americanos se comparado ao início do século.

A partir de 2014 ocorreu uma certa desaceleração econômica em algumas economias do Sul, notadamente China e Índia, contaminando o humor dos mercados financeiros internacionais<sup>21</sup>. O *boom* ou superciclo das *commodities* que se iniciou em 2002 parecia chegar ao fim, causando fortes impactos em algumas economias da região, notadamente o Brasil, cujo então primeiro governo de Dilma Rousseff já configurava baixas taxas de crescimento econômico. Sobre essa perspectiva e com dados da CEPAL, esse superciclo não contribuiu para intensificar a integração na região: «O comércio inter-regional declinou mais que o comércio extra regional entre 2012 e 2016, sobretudo na América do Sul. Em parte, esse comportamento deveu-

---

<sup>21</sup> Manzi, Rafael Dias. «O fim dos superciclos das commodities internacionais e seus reflexos na economia brasileira», *Conjuntura Internacional*, vol. 13, no. 1, nov. 2016, pp. 36-43.

se ao declínio da atividade econômica neste período, que afetou bastante o Brasil e a Venezuela.»<sup>22</sup>.

Embora a característica comercial e a crise econômica internacional sejam variáveis de explicação do regionalismo sul-americano na década em questão, um outro fator explicativo é a intensificação da sobreposição de organizações regionais, do original *overlapping regionalism*, termo que se relaciona à participação de países em organizações regionais com competências políticas similares em pelo menos uma determinada área<sup>23</sup>. Nesse sentido, a criação da Aliança do Pacífico em 2011 em virtude da aproximação entre México, Peru, Chile e Colômbia colocou ainda mais reticências sobre o processo mercosulino em virtude de duas razões. Em primeiro lugar, tais países se voltaram cada vez mais à região do Pacífico e menos ao Atlântico, sugerindo uma mudança do eixo das cadeias produtivas globais que deixariam em segundo plano o foco do Mercosul. Ademais, a Aliança do Pacífico sugeria uma integração não muito consubstanciada e com nuances notadamente comerciais, reverberando as diretrizes do regionalismo aberto em contraposição ao neodesenvolvimentismo<sup>24</sup>. Outrossim, a estratégia da Parceria Trans-Pacífico adotada em 2015 também já demonstrava o avanço dos interesses dos Estados Unidos na região –embora Donald Trump tenha assinado decreto retirando o país do acordo em 2017, algo que pode ser retomado com a recente eleição de Joe Biden– barrando as pretensões chinesas e conectando parceiros asiáticos e latino-americanos, principalmente os membros da Aliança.

Ainda considerando a crise multidimensional, especificamente sobre o Mercosul ocorreram dois acontecimentos de grande valia em 2012 e 2016, respectivamente: as suspensões do Paraguai e da Venezuela do bloco. Ambos demonstraram a falta de operacionalização das instâncias decisórias mercosulinas, uma vez que as instabilidades políticas paraguaias decorrentes da deposição do então presidente Fernando Lugo e venezuelanas vivenciadas pelo governo de Nicolás Maduro foram incapazes de serem solucionadas coletivamente no Mercosul. Como as decisões são tomadas por consenso, a única

---

<sup>22</sup> Corsi, Francisco; Santos, Agnaldo dos e Camargo, José. «A América Latina: ciclo de commodities e crise do capitalismo global», *Austral*, vol. 8, no. 15, jan-jun 2019, p. 8.

<sup>23</sup> Panke, Diana & Stapel, Soren. «Exploring overlapping regionalism», *Journal of International Relations and Development*, vol. 21, no. 3, 2016, pp. 635-662.

<sup>24</sup> Menezes, Roberto e Mariano, Karina. «O Brasil e a trajetória recente da integração sul-americana 2008-2015: liderança, competição e novos rumos», *Anais do 10º Encontro da P*, Belo Horizonte, Minas Gerais, 2016.

solução encontrada foi a suspensão dos membros, com o intuito de não comprometer o andamento de determinadas pautas e encaminhamentos.

Nesse ínterim, os cenários internos dos dois principais sócios do Mercosul sofreram revezes. No Brasil, a política externa de Dilma Rousseff não conseguiu dar o mesmo fôlego ao bloco se comparado com anos anteriores, além de que as elevadas instabilidades decorrentes do processo de impeachment e a chegada ao poder de Michel Temer colocaram grandes reticências sobre o papel do país perante a integração regional. Temer criticou veementemente o governo Rousseff por ter uma política externa «ideológica», rompendo certas relações com a Venezuela e se afastando do Mercosul<sup>25</sup>. Esse «encolhimento brasileiro» repercutiu na vizinha argentina, onde Cristina Kirchner não conseguiu por vezes manter um bom relacionamento com Rousseff e a aproximação bilateral entre as duas governantes não se consolidou no mesmo nível que seus antecessores, sendo que ainda em 2015 Mauricio Macri assumiu a presidência com um discurso totalmente avesso ao Partido Judicialista, inclusive em termos de condução da política externa argentina. Em resumo, logo na primeira metade da década as partes brasileira e argentina começaram a questionar a prioridade em torno do regionalismo sul-americano.

Se analiticamente inserimos os anos 2000 como marcado por uma tendência de partidos de esquerda ou progressistas simbolicamente denominada de Onda Rosa, a segunda metade dos anos 2010 caracterizou um movimento relativamente oposto, porém mais fragmentado: a Onda Azul ou Onda Conservadora. Tal processo se deu em virtude do avanço de partidos de direita e mais conservadores, a exemplo de Jair Bolsonaro no Brasil, Ivan Duque na Colômbia, Jeanine Añez na Bolívia, Luis Alberto Lacalle Pou no Uruguai e Mario Abdo Benítez no Paraguai. Diz-se fragmentado, pois há diferenças políticas visíveis em torno das diretrizes governamentais dos presidentes citados, mas o caso de Bolsonaro, por exemplo, ilustra exatamente essa ascensão de um governante «neopatriota», nacionalista e antiglobalista<sup>26</sup>. Ainda assim, esse movimento em torno de uma «nova direita» não ocorreu de forma homogênea na América do Sul, como pode ser percebido com a recente eleição em 2019 de

---

<sup>25</sup> Gomes Saraiva, Miriam e Silva, Álvaro. «Ideologia e pragmatismo na política externa de Jair Bolsonaro», *Revista Relações Internacionais*, no. 64, 2019, pp. 117-137.

<sup>26</sup> Sanahuja, José A. e Burian, Camilo L. «La nueva extrema derecha neopatriota latinoamericana: el internacionalismo reaccionario y su desafío al orden liberal internacional», *Conjuntura Austral*, vol.11, no. 55, 2020, pp. 22-34.

Alberto Fernández na Argentina, tendo como vice Cristina Kirchner e culminando em períodos de efetivo distanciamento com o governo brasileiro, quebrando laços diplomáticos históricos e havendo carência de diálogo bilateral.

As já citadas crises econômicas de 2008 e do fim do superciclo das *commodities* vêm alimentando movimentos de cunho contrários à globalização na região, ou seja, de «desglobalização», considerando as regras gerais de coordenação internacional ineficazes, redundantes ou até mesmo prejudiciais às relações econômicas e políticas entre os países<sup>27</sup>. O caso brasileiro ilustrou essa característica já nas prévias eleitorais em 2018, ocorrendo episódios em que lideranças políticas ligadas a Bolsonaro afirmaram publicamente que o Mercosul não seria prioridade de sua política externa.

Alinhado a essa perspectiva, um outro fator determinante do regionalismo sul-americano nos anos 2010 foi o aprofundamento das problemáticas nacionais.<sup>28</sup> Em 2019 ocorreram protestos nacionais de grandes proporções em determinados países, dentre eles: Venezuela, Bolívia, Chile, Equador e Brasil. Após relatos de fraudes eleitorais com Nicolás Maduro, Juan Guaidó se autodeclarou presidente interino venezuelano e recebeu apoio de presidentes dos Estados Unidos, Brasil e Peru, por exemplo. As sucessivas eleições de Evo Morales causaram manifestações populares de grande porte na Bolívia, levando à sua renúncia em novembro de 2019. O presidente chileno Sebastián Piñera elevou os preços das passagens de metrô, causando levantes populares em Santiago em prol de melhores políticas públicas e contrários a determinados preceitos constitucionais estabelecidos ainda durante a ditadura de Augusto Pinochet. Algo similar ocorreu no Equador quando o presidente Lenin Moreno removeu subsídios de combustíveis, causando descontentamento em determinados setores trabalhistas e partidos políticos.

Por fim, o Brasil já foi retratado anteriormente, sendo imprescindível tomar o seu caso de problemas internos como impactantes diretos no entorno regional, pois durante os anos 2000 «[...] o governo brasileiro foi o principal instigador dos processos de integração e cooperação regional na América do Sul [...]»<sup>29</sup>. Ocorreu, nesse sentido, uma relativa quebra dessa ótica em grande medida devido a duas questões:

---

<sup>27</sup> James, Harold. «Deglobalization: the rise of disembodied unilateralism», *Annual Review of Financial Economics*, vol. 10, Palo Alto, 2018, pp. 219-237.

<sup>28</sup> Junqueira, Cairo; Neves, Bárbara e Souza, Lucas Eduardo. «Regionalismo sul-americano nos anos 2020: o que esperar em meio às instabilidades política?», *Revista Tempo do Mundo (IPEA)*, no. 23, ago. 2020.

<sup>29</sup> *Ibidem*, p. 103.

as reiteradas críticas alinhadas a um ceticismo vigorante perante a integração mercosulina e o desmantelamento da UNASUL em 2019. O último grande acontecimento da década de 2010 que merece ser retratado aqui foi a criação do Fórum para o Progresso da América do Sul (PROSUL), caracterizado mais como âmbito de diálogo sul-americano do que como bloco regional em si.

Claramente o PROSUL não implica a extinção do Mercosul, mas acaba sendo um grande marco de análise do regionalismo sul-americano no tempo presente. Ele denota as transformações em torno dos eixos políticos e ideológicos dos governos da região, traz ainda mais fundamentos para a sobreposição de organismos regionais e abre margem para interpretações sobre qual será o papel do Mercosul na década que se inicia.

### **3. Futuro: os anos 2020 no Mercosul**

Antes de adentrarmos nos possíveis cenários futuros para o bloco na década, é imprescindível trazer duas questões que em grande medida impactam os trabalhos de curto prazo do Mercosul. A primeira delas é o processo de implementação do Acordo Mercosul-União Europeia. Sua assinatura ocorreu ainda em meados de 2019, mas o mesmo não foi incluído na seção anterior por termos a percepção de que sua real efetividade só possivelmente será observada em alguns anos, sendo que em 2020 o Acordo encontrava-se em processo de tradução e revisão pelas partes, principalmente no âmbito europeu. Já a segunda, sem dúvidas, é o impacto causado pela pandemia do novo coronavírus, a COVID-19, a qual demandou reações e proposição de atividades por parte de vários organismos regionais, incluindo o próprio Mercosul.

As negociações entre Mercosul e União Europeia começaram ainda na década de 1990, se intensificando em 1999, debate que logo se arrefeceu. A partir de 2010 houve uma retomada dos diálogos, algo que se intensificou em 2016, quando ambos sugeriram diminuir e cortar determinadas tarifas. Mais recentemente, em 2019, ocorreu a assinatura durante a Cúpula do G20 no Japão, ocasião comemorada por vários países presentes no ato. Dentre eles, destaca-se o Brasil de Jair Bolsonaro, que até então apresentava um discurso extremamente crítico ao Mercosul, não o apontando como agenda prioritária da política externa do governo. Essa mudança abrupta se deu justamente porque a parte comercial do Acordo acabou sendo flexibilidade para entrar em atividade, não necessitando da aprovação de todos países membros do Mercosul, algo que vai ao encontro do

que a parte brasileira vinha defendendo: maior liberalização comercial.

Por ora não há previsão sobre a real aprovação do Acordo Mercosul-União Europeia, principalmente de sua parte política, nem mesmo sua efetiva implementação e isso ocorre por dois motivos principais. Em primeiro lugar, há extensa divergência entre as partes, principalmente no âmbito de alguns países da União Europeia que publicamente já colocaram reticências quanto ao pacto, a exemplo de França, Bélgica e Holanda. Em segundo, vem ocorrendo extensos debates em torno de temáticas muito específicas, principalmente a respeito do setor agrícola do Mercosul e dos ambientalistas europeus. Em termos estruturais, ambos os blocos possuem limitações institucionais com poderes de veto diferenciados, fatores que adicionam ainda mais complexidade ao processo<sup>30</sup>.

Nesses meandros de reativação dos diálogos em torno do Acordo, o que ainda retardou ainda mais as discussões foi a pandemia de COVID-19. Ainda em janeiro de 2020 a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou emergência mundial e em poucos meses todo o mundo já presenciaria níveis alarmantes de infecções e óbitos decorrentes da doença. Nenhum país ficou imune aos seus efeitos, muito menos os blocos regionais. Em recente publicação do Observatório de Regionalismo<sup>31</sup>, foram identificadas e analisadas diferentes reações a atividades colocadas em prática por dez blocos regionais ao redor do mundo, destacando-se sua heterogeneidade e abrangendo-se desde União Africana (UA) até Conselho de Cooperação do Golfo (CCG), Aliança do Pacífico até Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), Comunidade Andina (CAN) até União Econômica Eurasiática (UEE).

Na publicação e para o caso do Mercosul: «A pandemia se configurou como uma ameaça à governança regional e a inefetividade dos blocos regionais como o Mercosul se traduz na ameaça à incapacidade de responder às consequências econômicas –diante

<sup>30</sup> Mariano, Karina e Araújo, André. «Os limites institucionais das presidências do Mercosul e da União Europeia diante do acordo comercial», en: Themoteo, Reinaldo (coord.). *O novo acordo Mercosul-União Europeia em perspectiva*, Rio de Janeiro, Konrad Adenauer Stiftung, 2020.

<sup>31</sup> Mariano, Karina e Bressan, Regiane (coord.). «Regionalismo e pandemia: a atuação dos blocos regionais em meio à Covid-19», *Cadernos de Regionalismo ODR*, vol. 4, no. 1, 2020, disponível en: <http://observatorio.repri.org/wp-content/uploads/2020/11/Dossi%C3%AA-2020-PT-arrumado.pdf> (accedido en 22 dic. 2020).

<sup>32</sup> Neves, Bárbara Carvalho e Costa, Gabriela Dorneles Ferreira da. «E o Mercosul? Os impasses regionais diante da pandemia de COVID-19», *Cadernos de Regionalismo ODR*, São Paulo, vol. 4, 2020, p. 44.

de uma retração produtiva– e sanitária já existentes.»<sup>32</sup>. De exemplo mais proeminente, ainda em abril o bloco aprovou a quantia de 16 milhões de dólares com fundos próprios financiados via FOCEM para combate ao novo coronavírus. Contudo, em meio a uma ou outra reunião, ao longo do ano não houve incremento de ações multilaterais na região.

Conforme destacado pelas autoras, até outubro de 2020 o Mercosul figurava como símbolo de divergências internas: enquanto o Brasil apresentava grande número de vítimas e infectados, Paraguai e Uruguai eram bem-sucedidos na contenção do vírus se comparado a outros da região. No geral, pode-se dizer que no bloco praticamente inexistiram ações colaborativas e concretas de combate à COVID-19. A crise sanitária colocou somente mais ceticismo a uma conjuntura política prévia de intensa transformação, na qual Alberto Fernandez chegava à presidência argentina com um governo de centro-esquerda, Lacalle Pou tomava posse no Uruguai representando o viés de centro-direita, o Paraguai encontrava-se em uma iminência de impeachment e o Brasil mantinha seu cenário interno com intensa turbulência política<sup>33</sup>.

Já encaminhando para o final da análise, após ser realizada essa breve retrospectiva histórica cumpre agora esquematizar um rápido cenário prospectivo para o Mercosul. A proposta futura aqui estabelecida leva em consideração proposições em torno do estabelecimento de quatro cenários possíveis considerando duas hipóteses e duas incertezas<sup>34</sup>. Exercício similar a esse é proposto em análise aplicada ao caso venezuelano<sup>35</sup>. Deste modo, tem-se a seguinte representação visual:

Os eixos vertical e horizontal abrangem respectivamente duas variáveis: compatibilidade entre as políticas nacionais e valorização das instituições. A primeira acaba sendo de uma importância de maior ordem por perpassar os trinta anos do Mercosul em que ora ocorre maior convergência política entre determinados governos e ora se apresenta o oposto. Já em relação ao aparato das instituições, leva-se em consideração um debate hodierno de fortalecimento do

---

<sup>33</sup> Brígido, Eveline e Uebel, Roberto Rodolfo. «Efeitos da pandemia da Covid-19 nas migrações internacionais para o Mercosul e a União Europeia: aspectos normativos e cenários políticos», *Boletim de Economia e Política Internacional (BEPI/IPEA)*, no. 27, may/ago 2020.

<sup>34</sup> Buarque, Sérgio. *Metodologia e técnicas de construção de cenários globais e regionais*, Texto para discussão 939, Brasília, IPEA, feb. 2003, p. 61.

<sup>38</sup> Romero, Carlos & Mijares, Víctor. «From Chávez to Maduro: continuity and change in Venezuelan Foreign Policy», *Contexto Internacional*, vol. 38, no. 1, jan-abr 2016, p. 193.



**Figura 1**  
**Cénarios futuros do Mercosul**



Fonte: elaboração própria.

multilateralismo, entendido como fomento de decisões coletivas entre Estados e outros atores, incluídos os blocos regionais, em oposição a uma postura de maior ceticismo em torno da desglobalização, ocasionando predileção por acordos e parcerias bilaterais. Assim, o cenário que ensejaria um maior desenvolvimento do Mercosul é o de «estímulo regional», enquanto seu oposto representa o de «retrocesso regional». Por sua vez, os cenários de «ótica bilateral» e «estagnação regional» são intermediários, sendo que atualmente o Mercosul pode ser enquadrado entre este último e o de retrocesso, porque existem divergências políticas entre seus países membros.

### Considerações Finais

Os trinta anos de Mercosul representam um curto período histórico, mas de grandes desdobramentos para o regionalismo sul-americano. As três décadas refletem processos díspares, com altos e baixos que ecoam a complexidade das organizações regionais. A par de todas as críticas e crises, o Mercosul coroa momentos de

cooperação no Cone Sul, suscitando não somente a geração de um mecanismo de fluxo econômico-comercial, mas também de um complexo político e institucional pautado no diálogo. Por isso, embora reiteradamente criticado, defender a sua extinção é um argumento infundado, uma vez que o bloco traz mais benefícios do que custos para seus países.

Passado, presente e futuro demonstram suas particularidades em torno de certas dinâmicas. As ondas de regionalismo foram mudando com o passar dos tempos e a aproximação –e porque não dizer o distanciamento– entre Brasil e Argentina acabam sendo parâmetros obrigatórios para se entender quais rumos serão considerados a curto e médio prazos. É salutar dizer que o Mercosul acaba refletindo certas dinâmicas que estão além dele, internacionalmente, ou no seu interior, principalmente em virtude das realidades nacionais de seus membros: Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai, Venezuela, esta última suspensa desde 2017, e Bolívia, em processo de adesão.

A década de 2020 promove o repensar dos trinta anos do bloco, ao mesmo tempo em que suscita a prospecção de determinados cenários. O objetivo do artigo foi justamente este, adensar processos e acontecimentos dos momentos passados e presentes sem deixar de observar o futuro. Refletir sobre a integração do Mercosul representa levar em consideração tanto os seus ganhos quanto as suas limitações. Retomando alguns apontamentos realizados na introdução do artigo, a América Latina, de modo geral, incluindo a América do Sul e o Mercosul, de maneira particular, possuem dinâmicas originais e singulares que precisam ser examinadas com um olhar próprio. Essa foi a breve reflexão estabelecida: pensar «a região» a partir «da região».

## Referências

- Anderson, Benedict. *Comunidades Imaginadas*, San Pablo, Companhia das Letras, 2008.
- Bernal-Meza, Raúl. «Políticas Exteriores Comparadas de Brasil e Argentina rumo ao Mercosul», *RBPI*, vol. 42, no. 2, 1999, pp. 40-51.
- Botto, Mercedes. «El Mercosur y su crisis: análisis de interpretaciones sobre el fracaso de la integración regional sudamericana», *Estado & Comunes*, no. 5, vol. 2, jul-dic 2017, pp. 155-176.

- Brígido, Eveline e Uebel, Roberto Rodolfo. «Efeitos da pandemia da Covid-19 nas migrações internacionais para o Mercosul e a União Europeia: aspectos normativos e cenários políticos», *Boletim de Economia e Política Internacional (BEPI/IPEA)*, no. 27, may/ago 2020.
- Buarque, Sérgio. *Metodologia e técnicas de construção de cenários globais e regionais*, Texto para discussão 939, Brasília, IPEA, feb. 2003.
- Corsi, Francisco; Santos, Agnaldo dos e Camargo, José. «A América Latina: ciclo de commodities e crise do capitalismo global», *Austral*, vol. 8, no. 15, jan-jun 2019, pp. 168-194.
- CPDOC/FGV. «Verbete Mercosul», Fundação Getúlio Vargas, 2009, disponível en: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/mercosul> (accedido en 22 dez. 2020)
- Gomes Saraiva, Miriam. *Encontros e Desencontros. O lugar da Argentina na política externa brasileira*, Belo Horizonte, Minas Gerais, Fino Trac'ó, 2012.
- Gomes Saraiva, Miriam e Silva, Álvaro. «Ideologia e pragmatismo na política externa de Jair Bolsonaro», *Revista Relações Internacionais*, no. 64, 2019, pp. 117-137.
- Gratius, Susanne & Gomes Saraiva, Miriam. «Continental regionalism: Brazil's prominent role in the Americas», *CEPS Working Document*, no. 374, feb. 2013, pp. 1-14.
- James, Harold. «Deglobalization: the rise of disembedded unilateralism», *Annual Review of Financial Economics*, vol. 10, Palo Alto, 2018, pp. 219-237.
- Junqueira, Cairo e Milani, Livia. «Regionalismo governamental» sul-americano: deficiências institucionais e dependência internacional», *Mundo e Desenvolvimento*, vol. 2, no. 3, 2019, pp. 65-88.
- Junqueira, Cairo; Neves, Bárbara e Souza, Lucas Eduardo. «Regionalismo sul-americano nos anos 2020: o que esperar em meio às instabilidades política?», *Revista Tempo do Mundo (IPEA)*, no. 23, ago. 2020, pp. 93-122.
- Manzi, Rafael Dias. «O fim do superciclos das commodities internacionais e seus reflexos na economia brasileira», *Conjuntura Internacional*, vol. 13, no. 1, nov. 2016, pp. 36-43.

- Mariano, Karina e Araújo, André. «Os limites institucionais das presidências do Mercosul e da União Europeia diante do acordo comercial», en: Themoteo, Reinaldo (coord.). *O novo acordo Mercosul-União Europeia em perspectiva*, Rio de Janeiro, Konrad Adenauer Stiftung, 2020.
- Mariano, Karina e Bressan, Regiane (coord.). «Regionalismo e pandemia: a atuação dos blocos regionais em meio à COVID-19», *Cadernos de Regionalismo ODR*, vol. 4, no. 1, Dossiê 2020. Disponível en: <http://observatorio.repri.org/wp-content/uploads/2020/11/Dossi%C3%AA-2020-PT-arrumado.pdf> (accedido en 22 dic. 2020).
- Mattli, Walter. *The logic of regional integration: Europe and beyond*, Cambridge, Cambridge University Press, 1999.
- Menezes, Roberto e Mariano, Karina. «O Brasil e a trajetória recente da integração sul-americana 2008-2015: liderança, competição e novos rumos», *Anais do 10º Encontro da ABCP*, Belo Horizonte, Minas Gerais, 2016.
- Miyamoto, Shighenoli. «O Mercosul e a segurança regional: uma agenda comum?», *São Paulo em Perspectiva*, vol. 16, no. 1, San Pablo, jan./mar. 2002, pp. 54-62.
- Neves Carvalho, Bárbara e Costa, Gabriela Dorneles Ferreira da. «E o Mercosul? Os impasses regionais diante da pandemia de COVID-19», *Cadernos de Regionalismo ODR*, São Paulo, vol. 4, 2020, pp. 42-51.
- Pamplona, Marco e Doyle, Don. «Introdução», en: Pamplona, Marco e Don Doyle. *Nacionalismo no novo mundo. A formação de Estados Nação no século XIX*, Rio de Janeiro, Ed Record, 2008.
- Panizza, Francisco. «La marea rosa», *Análise de Conjuntura OPISA*, no. 08, Rio de Janeiro, 2006.
- Panke, Diana & Stapel, Soren. «Exploring overlapping regionalism», *Journal of International Relations and Development*, vol. 21, no. 3, 2016, pp. 635-662.
- Pecequillo, Cristina e Carmo, Corival Alves do. *O Brasil e a América do Sul*, Rio de Janeiro, Altabooks, 2015.
- Riggirozzi, Pia & Tussie, Diana. *The rise of post-hegemonic regionalism. The case of Latin America*, United Nations University Series on Regionalism, Nueva York, Londres, Springer, 2012.
- Romero, Carlos & Mijares, Víctor. «From Chávez to Maduro: continuity and change in Venezuelan Foreign Policy», *Contexto Internacional*, vol. 38, no. 1, jan-abr 2016, pp. 165-201.

- Sanahuja, José A. e Burian, Camilo L. «La nueva extrema derecha neopatriota latinoamericana: el internacionalismo reaccionario y su desafío al orden liberal internacional», *Conjuntura Austral*, vol. 11, no. 55, 2020, pp. 22-34.
- Spykman, Nicholas. *America's strategy in world politics. The United States and the balance of power*, Nueva York, Harcourt, Brace and Company, 1942.
- Vaz, Alcides Costa. *Cooperação, integração e processo negociador. A construção do Mercosul*, Brasília, IBRI, 2002.
- Vaz, Alcides e Figueira, Marco Aurélio. «A agenda não econômica do Mercosul: aportes para a integração?», *Núcleo Estratégico do Mercosul, Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI)*, fevereiro 2006, pp. 4-24.
- Vázquez, Mariana e Briceño Ruiz, José. «O Mercosul na época de Lula e Kirchner: um balanço seis anos depois», *Nueva Sociedad (NUSO em português)*, dez. 2009, pp. 33-48.
- Vigevani, Tullo. «História da integração latino-americana: Mercosul e questões subnacionais», en: Vigevani, Tullo e Luiz Eduardo Wanderley (orgs.). *Governos subnacionais e sociedade civil. integração regional e Mercosul*, San Pablo, EDUC, Ed. UNESP, FAPESP, 2005.